

***Projeto de  
Educação  
Ambiental da  
Costa Verde***

---

# *Plano de Trabalho Atualizado da Fase II*

---

*Processo IBAMA nº 02022.002921/2009-21*

*Processo Petrobras nº 5900.0116052.20.2*

*Revisão 00*

*Maio/2021*

# Plano de Trabalho da Fase II

Processo IBAMA nº 02022.002921/2009-21

Contrato Petrobras nº 5900.0116052.20.2



**Maio de 2021**



Responsável Técnico

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| I SUMÁRIO EXECUTIVO  | 3  |
| II RECORTE ESPACIAL  | 5  |
| III SUJEITOS DO PROJETO  | 6  |
| IV OBJETIVOS   | 6  |
| V METODOLOGIA CONSOLIDADA  | 8  |
| V.1 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS   | 8  |
| V.2 METODOLOGIA DAS ATIVIDADES E RESULTADOS  | 12 |
| V.2.1 RESULTADO 1: EQUIPE DE CAMPO FORMADA PARA AS ATIVIDADES INICIAIS DA FASE II - ENTRADA EM CAMPO   | 12 |
| V.2.2 RESULTADO 2: FORMAÇÃO CONTINUADA DA EQUIPE DE CAMPO  | 12 |
| V.2.3 RESULTADO 3: PROCESSOS ORGANIZATIVOS NO TERRITÓRIO ESTIMULADOS E FORTALECIDOS  | 14 |
| V.2.4 RESULTADO 4: COORDENAÇÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA (CPP) DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL CRIADA   | 18 |
| V.2.5 RESULTADO 5: APROFUNDAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DOS TEMAS GERADORES DOS TERRITÓRIOS QUE SUBSIDIARÃO AS ATIVIDADES EM CAMPO, OS CURSOS DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E A PESQUISA-AÇÃO. | 22 |
| V.2.6 RESULTADO 6: PRÉ-PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL ELABORADOS  | 25 |
| V.2.7 RESULTADO 7: REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL LANÇADA   | 26 |
| V.2.8 RESULTADO 8: EDUCANDOS DE DUAS TURMAS DO CURSO BÁSICO FORMADOS   | 27 |
| V.2.9 RESULTADO 9: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL CONCLUÍDO  | 30 |
| V.2.10 RESULTADO 10: OITO CURSOS REALIZADOS COM PARCEIROS  | 30 |
| V.2.11 RESULTADO 11: REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL INAUGURADA  | 32 |



|   |    |
|---|----|
| V.2.12 RESULTADO 12: DOIS CURSOS NA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM FUNCIONAMENTO                          | 33 |
| V.2.13 RESULTADO 13: PLANO DE TRABALHO DA FASE III ELABORADO  | 34 |
| V.2.14 RESULTADO 14: AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO PEA REALIZADAS.  | 35 |
| V.2.15 RESULTADO 15: AÇÕES DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO REALIZADAS                                  | 36 |
| V.2.16 RESULTADO 16: PROPOSTAS DE READEQUAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO NO PERÍODO DA PANDEMIA Covid-19 REALIZADAS | 36 |
| VI ATIVIDADES PREVISTAS PARA ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO   | 38 |
| VII METAS E INDICADORES   | 38 |
| VIII PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS                                 | 39 |
| IX PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS  | 39 |
| X CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO  | 39 |
| XI RESPONSÁVEL TÉCNICO  | 39 |
| XII BIBLIOGRAFIA  | 39 |
| ANEXOS  | 41 |



Responsável Técnico

Revisã  
o 00

## I SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento apresenta a atualização do Plano de Trabalho do Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde – Fase II (PEA Costa Verde) executado pela Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec). Esta execução envolve o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), que é uma parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Fórum de Comunidade Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba (FCT). Para a realização desse projeto, o OTSS conta ainda com a parceria da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Esta atualização está inserida no contexto de pandemia de Covid- 19 e no agravamento político sanitário com o colapso de leitos hospitalares e o crescente número de pessoas infectadas e mortas no Brasil como um todo, e nas comunidades participantes do PEA Costa Verde, especificamente nas comunidades que estiveram presentes no Encontro de Revisão e Atualização do Plano de Trabalho no dia 11 de março de 2021 (Anexo I). Desta maneira, a atualização se realizou no ambiente de distanciamento social – pois as atividades presenciais permaneceram suspensas - e foi atravessado pelos limites e desafios deste momento histórico nacional e local.

O PEA Costa Verde atende a condicionantes do licenciamento ambiental federal de empreendimentos marítimos de Produção de Petróleo e Gás (P&G) da Petrobras na Bacia de Santos, por meio da implementação de processos educativos no âmbito do desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental Crítica, conforme documentos técnicos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA). O Plano terá como abrangência os municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba, no Estado de São Paulo, e Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro.

O projeto está em sua segunda fase, que iniciou em outubro de 2020, tem previsão de encerramento em setembro de 2025, e mantém a Linha de Ação A, seguindo as bases técnicas e demais diretrizes estabelecidas pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010 e pela Instrução Normativa do IBAMA nº 02, de 27 de março de 2012. Desta



Responsável Técnico

Revisã  
o 00

forma, se dará continuidade ao processo educativo com o objetivo de fortalecimento da organização social das comunidades na região de abrangência do PEA, a fim de contribuir para a permanência nos territórios onde vivem e trabalham e para a participação qualificada na gestão socioambiental.

Para a atualização do presente Plano, foi criado um grupo de trabalho no âmbito da equipe executora do projeto (coordenadores e educadores populares), que construiu uma metodologia específica para orientar o processo de revisão<sup>1</sup>. Cabe destacar que esses encontros tiveram um caráter consultivo, praticando a “escuta ativa” dos atores que se relacionam diretamente com o PEA<sup>2</sup>. As contribuições feitas nos encontros resultaram em um material rico em informações gerais e específicas do qual foram sintetizadas diretrizes gerais a fim de subsidiar a atualização deste Plano (Anexo I).

É importante mencionar que os encontros junto às representações das organizações comunitárias de diferentes abrangências (micro, no âmbito das comunidades, e macro, no âmbito regional e nacional) nos estimularam a colocar em prática a noção da “Participação Organizada” junto aos sujeitos prioritários desse plano. Além disso, a consulta a estes grupos nos possibilitou uma aproximação, mesmo que embrionária, aos principais conceitos e preceitos que compõem a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Decreto Federal nº 6040/2007, contribuindo, assim, para o fortalecimento do direito dos povos e comunidades tradicionais de definir suas próprias prioridades.

Consideramos de crucial importância que este Plano de Trabalho da Fase II do PEA seja atualizado anualmente. Primeiramente, porque nos manteremos no trabalho

<sup>1</sup> A metodologia construída contou com as seguintes etapas: (i) organização de encontros para colher as contribuições dos diferentes atores que estão relacionados diretamente com o PEA; e (ii) sistematização das contribuições oriundas dos encontros e sua integração na atualização do Plano de Trabalho Fase II. Os encontros, realizados remotamente, contaram com os seguintes momentos: (i) apresentação sintética do Plano de Trabalho; e (ii) perguntas norteadoras sobre os eixos que permeiam o Plano de Trabalho: recorte socioespacial; atividades que fortalecem as comunidades; concepção da escola – como meta-síntese da Fase II; e blocos temáticos.

<sup>2</sup> São eles: Núcleo Gestor Político Pedagógico (NGPP) do projeto, Coordenação Geral e de Gestão Territorializada do OTSS, os educadores populares e representações dos movimentos sociais e organizações comunitárias.

remoto até o futuro retorno presencial, assim que orientado pelas autoridades sanitárias oficiais e determinado pela atual Coordenação, o que exigirá ajustes à dinâmica das atividades aqui dispostas. Ademais, o processo de atualização anual do plano nos convida a realizar um olhar crítico e reflexivo sobre as ações implementadas anualmente e sobre a dinâmica desse macroterritório que é vivo, proporcionando a adequação de ajustes necessários para a consecução dos objetivos propostos.

Por fim, destaca-se que a efetivação deste Plano de Trabalho depende da celebração de um aditivo contratual que está em negociação com a Petrobras.

## II RECORTE ESPACIAL

O PEA Costa Verde em sua Fase I foi realizado junto a 69 comunidades. Durante todo o seu desenvolvimento houve momentos em que outras comunidades foram indicadas a participar do projeto por diferentes atores da sua região de atuação. Para a primeira versão aprovada do Plano de Trabalho da Fase II, foram definidas 109 comunidades, identificando aquelas que participaram da Fase I e aquelas a serem inseridas a partir da Fase II.

No período de atualização deste Plano de Trabalho, por meio da metodologia aplicada nos encontros de revisão, foram confirmadas as 109 comunidades sugeridas na fase I. Entretanto, houve questionamento por parte dos educadores da Fase I com relação à permanência das comunidades Vila Histórica de Mambucaba e Perequê (Praia Vermelha) como sendo uma só, pois, segundo eles, já naquele período elas eram trabalhadas separadamente e foi encaminhada à coordenação da Fase I a necessidade de subdividi-las, porém isso não foi efetivado. Ademais, foi incluída a Comunidade Caiçara do Araçá, localizada em São Sebastião, por se tratar de uma comunidade pesqueira cuja inclusão já havia sido acordada com a Coordenação da Fase I, mas que não foi efetivamente incluída no Plano de Trabalho para a Fase II, sem que tenham sido apresentados motivos para a não inclusão. Tanto a Petrobras quanto os educadores da Fase I do PEA consideram se tratar de um erro de comunicação. Visando solucionar tais problemas apontados, o PEA Costa Verde, em sua Fase II atuará, portanto, inicialmente,



Responsável Técnico

Revisã  
o 00

em 111 territórios. O Anexo II traz um mapa com a localização das comunidades e a proposta de divisão das equipes de campo. Durante o processo metodológico de atualização do Plano, destaca-se que foram apontadas, ainda, outras comunidades que não haviam sido mapeadas e incluídas no Plano de Trabalho original, aprovado pelo Parecer Técnico nº 25/2020-COPROD/CGMAC/DILIC, mas que também praticam a pesca artesanal e são vulnerabilizadas pela atividade de produção do petróleo na região, porém não foi possível incluí-las nesse recorte espacial porque ultrapassaria as limitações de valor impostas para um eventual aditivo. A fim de contextualizar a importância da pesca artesanal nessas comunidades, foram compilados elementos de cada comunidade que indicam sua prática tradicional e/ou social junto a essa atividade. Em alguns casos, organizações comunitárias também enviaram cartas recomendando a inclusão. Em anexo, apresentamos o documento que trata das recomendações de inclusão dessas outras comunidades (Anexo III). Tal inclusão não foi possível nesse momento devido às limitações impostas pelos procedimentos administrativos da Petrobras para a celebração de aditivos contratuais, que restringem o percentual do valor do contrato que pode ser utilizado para realização de aditivos.

Para apoiar o desenvolvimento das atividades nos mesoterritórios estão previstas quatro bases nos seguintes municípios: duas bases nos municípios centrais do território de atuação do PEA Costa Verde (Ubatuba e Paraty) no Mesoterritório Interestadual; uma base em Angra dos Reis para o Mesoterritório RJ e outra base em São Sebastião para o Mesoterritório SP. O Anexo IV - Bases de apoio, apresenta mais detalhes sobre a contratação destas.



Responsável Técnico

Revisã  
o 00

### III SUJEITOS DO PROJETO

Como sujeito prioritário desse projeto, identificamos o(a) pescador(a) artesanal, constituído por moradoras/es de comunidades/localidades que realizam a pesca artesanal na região do litoral norte paulista e sul fluminense. A pesca artesanal vem sofrendo uma série de ameaças e conflitos com relação aos usos e acesso aos recursos como consequências de um modelo de desenvolvimento fundamentado na valorização da pesca industrial, na implementação de megaempreendimentos ligados à indústria portuária, de produção de gás e petróleo e da especulação imobiliária. O que poderá ocasionar, em uma dimensão temporal, o desaparecimento de grande parte das comunidades/localidades de pescadores artesanais que se estabelecem ao longo desta faixa litorânea.

Dentro desse panorama mais geral do(a) pescador(a) artesanal, entretanto, há distintos contextos. Assim, o contexto no qual os(as) pescadores(as) artesanais estão em relação de maior intensidade com o processo de urbanização, demandam estratégias específicas de maior grau na participação em ações diretamente relacionadas à pesca, tais como Colônia de Pescadores, associação ou outros locais relacionados à atividade (entreposto, rancho, mercado, etc.). Por outro lado, há o contexto de pescadores(as) artesanais inseridos(as) em comunidades/localidades menos urbanizadas. E suas estratégias de luta perpassam, sobretudo, a luta pela permanência em seus territórios. A principal demanda é a garantia do território caçara para a manutenção do seu modo de vida.

Nesse quadro, destacamos a importância também se tratar as condições da mulher na atividade da pesca, colocando em evidência a questão de gênero, já que encerra contradições significativas, essencial para a apreensão do universo pesqueiro aqui referenciado.

Embora a categoria pescador(a) artesanal abranja sujeitos diversos, seguindo a compreensão de ordem moral do campesinato de Klass Woortmann (1990), é possível identificar uma “ética camponesa” intrinsecamente relacionada a esses sujeitos. A “campesinidade” amplia a compreensão dessa categoria, auxiliando na qualificação das



ações do projeto. Para maior detalhamento do sujeito prioritário do projeto, ver o Anexo V, no qual aprofundamos essas dimensões e entendimentos.

## IV OBJETIVOS

A construção do objetivo da Fase II do projeto pressupõe materializar qual a situação problema que se busca enfrentar. Em diálogo com as expectativas do Órgão Ambiental desde a Nota Técnica 01/2010, passando pelos diversos Pareceres Técnicos até as expectativas futuras apresentadas no I Seminário de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás, identifica-se que a situação problema presente para o público de atuação do PEA Costa Verde que deve ser enfrentada é que as comunidades que exercem a pesca artesanal na região da Bacia de Santos são sujeitos vulnerabilizados e afetados por diversos impactos difusos ocasionados pelo crescimento desigual da região, motivado, entre outros, por empreendimentos marítimos de produção e escoamento de petróleo e gás, que pressionam negativamente seu meio de reprodução de vida e provocam a expulsão de seus territórios.

O Projeto deve então contribuir para desenvolver processos educativos com vistas ao fortalecimento da organização social das comunidades na região de abrangência do PEA, de forma a contribuir para a permanência nos territórios onde vivem e trabalham e para a participação qualificada na gestão socioambiental. Para isso, e diante da reconhecida importância de dar concretude aos processos educativos, a Fase II deverá buscar alcançar como meta-síntese a construção coletiva de uma rede de formação socioambiental. Com essa compreensão, em sintonia com a Linha A prevista na Nota Técnica 01/2010 e de acordo com a intencionalidade que já está em curso desde a Fase I do PEA Costa Verde, **o objetivo geral da Fase II é:**

Desenvolver processo educativo envolvendo as comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais com vistas ao fortalecimento de processos organizativos que buscam a permanência nos territórios sustentáveis e saudáveis em que vivem e trabalham, por meio de uma rede de formação que promova a construção de



Responsável Técnico

Revisã  
o 00

conhecimento, o diálogo de saberes e a valorização dos meios de vida e do trabalho comunitário e tradicional.

Os objetivos específicos do projeto são apresentados como forma de resultados pretendidos. Abaixo, os resultados que deverão ser materializados na Fase II do PEA Costa Verde:

1. Equipe de campo formada para as atividades iniciais da Fase II- entrada em campo;
2. Formação Continuada da Equipe de Campo;
3. Processos organizativos no território estimulados e fortalecidos com vistas à participação qualificada na gestão socioambiental e nos espaços de tomada de decisão;
4. Coordenação Político Pedagógica (CPP) da Rede de Formação Socioambiental criada;
5. Elaboração teórica sobre os temas que subsidiarão o processo educativo formulada;
6. Pré-Projeto Político Pedagógico e Projeto de implementação da Rede de Formação Socioambiental elaborados;
7. Rede de Formação Socioambiental lançada;
8. Educandos de duas turmas do curso básico formados;
9. Projeto Político Pedagógico da Rede de Formação Socioambiental concluído;
10. Oito cursos com parceiros realizados;
11. Dois cursos da Rede de Formação Socioambiental em funcionamento;
12. Plano de trabalho da Fase III elaborado;
13. Ações de Comunicação do PEA realizadas;
14. Ações de pesquisa, avaliação e monitoramento realizadas;
15. Readequação do Plano de Trabalho no período da pandemia da Covid-19 realizada.



Responsável Técnico

Revisã  
o 00

## V METODOLOGIA CONSOLIDADA

### V.1 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O grupo formado para a execução do PEA Costa Verde - Fase II buscou integrar grupos diferentes com o objetivo de compartilhar saberes distintos rumo à experiência de conduzir um projeto de educação ambiental que contribua para a organização e permanência dos povos e comunidades pesqueiras e/ou tradicionais. Mantivemos como centrais as concepções epistemológicas da educação popular e da educação ambiental crítica<sup>3</sup>, ademais trouxemos uma proposta conceitual e metodológica para a categoria **Territórios**.

#### V.1.1 TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS (TSS)

Territórios Sustentáveis e Saudáveis (TSS) podem ser compreendidos como espaços constituídos a partir de relações sociais e de pertencimento simbólico e afetivo, apropriados criticamente e intencionalmente reconfigurados pela ação territorializada de coletivos portadores de vida nos quais o Bem Viver é o foco da governança viva. Esta visa integrar ações comunitárias, da sociedade civil e do Estado para a gestão dos bens comuns e de políticas públicas em redes nas dimensões socioeconômica, ambiental e cultural.

Para atingir os objetivos apresentados, os TSS têm necessariamente que problematizar as distintas dimensões da determinação social da vida e intervir sobre elas. Para isto, articulam-se diferentes escalas, integrando-se às agendas de economia solidária, gestão e uso do território, agroecologia, soberania e segurança alimentar, equidade de gênero, diversidade sexual, igualdade racial, educação emancipatória, resgate e

---

<sup>3</sup> No anexo VI apontamos algumas proposições epistemológicas e metodológicas que orientarão esse processo, a saber: as epistemologias do sul, a geografia crítica e humanista, a economia solidária. Além de aprofundar o debate sobre governança viva. Por fim, nesse documento, mantivemos o item “Participação é participação organizada” presente no Plano de Trabalho construído pela Fase I, por concordar com sua centralidade nesta segunda fase do projeto.

atualização cultural, etc. Estas agendas se tornam, assim, potencialmente promotoras de autonomia, equidade e sustentabilidade. Isto resulta em um desafio fundamental do PEA Costa Verde – Fase II, cuja estratégia é dar “preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção” (SANTOS, 2007: 60).

Para isso será preciso colocar o território como centro da definição da hierarquia de necessidades e da implementação de soluções. Um dos fatores primordiais para o exercício desta governança, defendida pelas instituições envolvidas, é a referência multiescalar.

A escala é um conceito de grande utilidade em análises espaciais, pois pressupõe um nível de detalhamento de observação, reflexão e ação em relação a elementos e/ou relações em uma determinada abrangência espacial. Considerando que o PEA Costa Verde abrange uma vasta área com mais de uma centena de comunidades, distribuídas por sete municípios de dois estados da federação, a observação multiescalar se apresenta como uma importante ferramenta metodológica, que contribuirá tanto para o entendimento deste território quanto para seu gerenciamento sob aspectos operacionais de execução. Nesse sentido, atuamos na perspectiva dos territórios, dando ênfase na conformação de microterritórios e mesoterritórios de atuação, que irão se articular às escalas regionais, nacionais e globais, em redes de cooperação.

Os microterritórios são unidades de gestão territorial definidos principalmente a partir das relações histórico-sociais de troca e solidariedade entre as comunidades tradicionais - como escala integradora de governança e gestão, em movimentos flexíveis, e a partir de pactos de autonomia e responsabilização (GALLO, 2009). Junto aos microterritórios, privilegiamos também escalas regionais de mesoterritórios – unidade de escala provinda da junção de 2 ou mais municípios próximos, nos quais as comunidades se localizam – e macroterritório (composto por todas as comunidades do PEA Costa Verde Fase II). O intuito é o de promover reflexões sobre o atual modelo de desenvolvimento, produção e consumo, além de contribuir para a constituição de alternativas regionais concretas que garantam a organização e permanência das comunidades pesqueiras e/ou tradicionais em seus territórios, por meio de uma produção

Revisã  
o 00

Responsável Técnico

consciente, responsável ambientalmente e emancipatória do território (GALLO & NASCIMENTO, 2019).

### ***V.1.2 CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRINCÍPIO PARA UMA PRÁXIS EDUCATIVA***

A construção teórica da concepção de uma rede de formação como meta-síntese a ser realizada pela segunda fase do PEA Costa Verde depende, fundamentalmente, de um entendimento sobre a educação que amplie os limites que associam a ideia de educação ao pensamento sobre a escola.

Nesse sentido, entendemos que a educação popular freiriana nos auxiliará nesse desafio, pois se fundamenta em alguns princípios que sustentam as práticas desenvolvidas nas diferentes e inúmeras realidades existentes nos micros, mesos e macroterritórios. Atendendo, então, aos objetivos do PEA, ao mesmo tempo em que privilegia a práxis pedagógica que parte da realidade vivida.

O partir da realidade de ser dos educandos, enfatizado por Freire como um dos pontos de partida da educação popular, traduz o entendimento de que, enquanto seres no mundo, com o mundo e com os outros seres no mundo, todo o ser humano possui cultura. Mediante a realidade concreta, essa cultura se atualiza e deve ser assumida como o ponto de partida a ser reconhecido pela prática educativa. A negação de tal realidade no processo de produção do conhecimento com cada comunidade não apenas limita, mas impossibilita a construção real da relação entre educadores e educandos e da efetivação de um processo de aprendizagem em que se afirma o direito coletivo e individual para que os membros de uma sociedade usufruam desses, tornando-se sujeitos fazedores de sua própria história e cultura.

A afirmação da diversidade cultural põe a educação popular na direção de uma prática educativa crítica, contribuindo para a superação das expressões discriminatórias e excludentes, perversas, originárias das desigualdades sociais, que atentam contra os direitos fundamentais do ser humano e ferem a sua dignidade. A abertura para novas



criações condizentes com as situações específicas e conjuntas dos territórios trabalhados no PEA Costa Verde referendará a atualidade da educação popular.

Nesta direção, ampliamos o sentido da Escola para o e **Rede de Formação Socioambiental**, com capilaridade e abrangência de atuação nos três Mesoterritórios. Tal Rede será organizada e estruturada no âmbito do PEA Costa Verde (em diálogo com parceiros do território), de forma que os processos formativos promovidos pelo Projeto se conectem às experiências já existentes e a outras que venham a surgir no território.

A proposta consiste em promover diferentes processos formativos, a serem descritos no item V.2, com o objetivo de promover autonomia dos sujeitos prioritários do projeto e, de maneira mais concreta, contribuindo para que os mesmos possam intervir coletivamente nas tomadas de decisão acerca da gestão ambiental pública dos territórios, incluindo o instrumento do licenciamento ambiental.

Nessa perspectiva de ampliação, os princípios pedagógicos para as práticas de aprendizagem promovidas pela Rede de Formação incluirão de antemão três concepções teórico-metodológicas apresentadas a seguir (podendo ser inseridas outras que possam surgir das experiências práticas vivenciadas ao longo dos cinco anos de projeto): a **educação diferenciada** protagonizada pelas experiências vividas em muitos territórios de atuação do PEA Costa Verde; a **educação ambiental crítica**<sup>4</sup>, tal como propostos por Loureiro (2019; 2015; 2006) e Guimarães (2004); e a **pedagogia da alternância**.

O alcance máximo da possibilidade de construção de uma Rede de Formação Socioambiental nos territórios do PEA dialoga absolutamente com a afirmação da construção da autonomia de ser dos educandos no processo de aprendizagem e na construção de um programa de formação que articule as ações das comunidades e das instituições do território. Essa afirmação nos fornece o sentido fundamental da educação

<sup>4</sup> No sentido de fornecer dimensão mais ampliada aos processos formativos:

- a. Somos seres naturais e que nos realizamos e redefinimos culturalmente no modo de existir na natureza e pela própria dinâmica societária na história da natureza;
- b. Somos constituídos por mediações múltiplas; sujeitos sociais cuja liberdade e individualidade se definem na existência coletiva;
- c. A busca por transformação social, como base para a construção democrática de “sociedades sustentáveis” e de experiências de bem viver e harmonia junto à natureza.



popular enquanto ação afirmativa dos educandos na construção e reconstrução ativa de sua própria história, de seus projetos de vida, das suas maneiras de ser no mundo.

A autonomia das comunidades no processo de formação ocorrerá mediante a construção de uma rede de formação no território, na qual a participação dos diferentes atores e o diálogo entre eles, para as definições dos princípios, objetivos e rumos dessa rede, deve contribuir para que todos os envolvidos se sintam parte ativa e integrante do processo. Dessa maneira, acreditamos que, em concordância com o projeto político pedagógico do PEA Costa Verde, a Rede de Formação que se propõe como meta síntese da Fase II deve construir-se mediante princípios da gestão participativa democrática, rumo à construção da autonomia dos atores sociais envolvidos.

## V.2 METODOLOGIA DAS ATIVIDADES E RESULTADOS

### V.2.1 RESULTADO 1: EQUIPE DE CAMPO FORMADA PARA AS ATIVIDADES INICIAIS DA FASE II - ENTRADA EM CAMPO

Esse resultado já foi executado no período de janeiro a março de 2021, com a realização de 3 Oficinas de Formação e Planejamento Continuado. Os produtos referentes a ele foram enviados separadamente à Petrobras através de relatórios mensais e relatório específico de cada Oficina, e as informações constarão também no Relatório Anual que será protocolado no IBAMA em outubro de 2021.

### V.2.2 RESULTADO 2: FORMAÇÃO CONTINUADA DA EQUIPE DE CAMPO

Entendemos que a formação da equipe deve se dar numa perspectiva contínua e permanente ao longo de toda a Fase II. Neste sentido, concebemos como importante criar espaços específicos para isso. A formação continuada da equipe se dará tanto no âmbito do mesoterritório, onde a prática se efetiva, quanto no âmbito dos blocos temáticos, prevendo uma perspectiva de articulação regional a partir das problemáticas comuns.

#### V.2.2.1 REUNIÕES QUINZENAIS DAS EQUIPES DOS MESOTERRITÓRIOS

Cada equipe de mesoterritório deverá realizar reuniões de planejamento, organizando as ações e estratégias de campo que serão implementadas junto às comunidades em que atuam. Essas reuniões também serão espaços de avaliação e monitoramento das atividades desenvolvidas pelos educadores nas e com as comunidades. Essas reuniões serão quinzenais e serão no formato remoto.

#### V.2.2.2 REUNIÕES TEMÁTICAS MENSAIS

Estas reuniões serão no formato remoto e são importantes para a construção de uma reflexão regional das questões que mobilizam as comunidades, em busca de soluções provenientes da troca de experiências entre os mesoterritórios.

Serão fundamentais para a integração de educadores e comunitários interessados em refletir sobre determinado tema gerador. Além de serem espaços de aprendizado mútuo entre os diferentes atores envolvidos no projeto, serão momentos também de acompanhamento dos educadores populares dos educandos nos períodos dos cursos da Rede de Formação Socioambiental.

Participarão dessas reuniões os educadores e comunitários que se interessem pelos temas. Estão previstas 45 reuniões por bloco temático (04), totalizando 180 reuniões distribuídas ao longo do Projeto.

#### V.2.2.3 OFICINAS DE FORMAÇÃO E PLANEJAMENTO DE CAMPO (OFPC)

Nestas oficinas serão abordados os blocos temáticos em andamento, questões de Educação Ambiental Crítica aplicada às ações da Fase II do PEA, e demais temas relacionados à prática pedagógica das equipes e da Rede de Formação. Elas estão distribuídas ao longo do projeto e se articulam com as atividades desenvolvidas. Estão projetadas 12 OFPC que podem ocorrer no formato remoto ou presencial, a depender do contexto da pandemia.

### **V.2.3 RESULTADO 3: PROCESSOS ORGANIZATIVOS NO TERRITÓRIO ESTIMULADOS E FORTALECIDOS**

As atividades reunidas para alcançar este resultado buscarão estimular a organização comunitária nas diversas escalas territoriais a fim de atender ao objetivo do PEA de permanência dos pescadores (as) em seus territórios e participação qualificada na gestão socioambiental. No nosso entendimento, cada escala apresenta seus desafios e potencialidades importantes para uma formação integrada sobre o processo organizativo. Se, localmente, conseguimos refletir questões que abarcam cada comunidade individualmente, em escalas maiores vamos complexificando os temas, ampliando quantitativamente e qualitativamente os atores envolvidos, assim como as possibilidades de negociação e intervenção.

De certa maneira, grande parte das iniciativas aqui previstas já vinham sendo desenvolvidas durante a Fase I e são fundamentais para a construção e aprofundamento das relações de confiança e trabalho das equipes junto às comunidades. Elas ocorrerão de maneira transversal durante todo o projeto e serão cruciais na relação das comunidades com a Rede de Formação Socioambiental, sendo utilizadas, inclusive, no acompanhamento de educandos nos intervalos de etapas de cursos.

#### **V.2.3.1 VISITAS DE CONVIVÊNCIA**

São atividades sem agendamento prévio com a comunidade. Elas podem ocorrer para que a equipe participe de atividades das comunidades independente da agenda do PEA. As equipes devem utilizar esse tipo de atividade também nas situações em que as comunidades ainda estão num processo incipiente de organização. Também poderão ser utilizadas para potencializar e contribuir na constituição de comissões de base.

As visitas de convivência foram previstas, inicialmente, como atividades presenciais nas comunidades. No período da pandemia, estamos entendendo que essas atividades serão realizadas de forma online e serão o contato mais direto entre educadores e comunitários por meio de alguma tecnologia virtual (ligação telefônica, reunião virtual, chamada de vídeo, mensagem de texto, etc).



Essa ferramenta é necessária, também, para a aproximação de comunidades que estão sendo inseridas no PEA Costa Verde nessa Fase e, por isso, não possuem relação construída com a equipe de campo. Deverão contribuir para aproximar a equipe da comunidade e para reconhecimento do território com vistas a estimular iniciativas coletivas. Estão previstas cerca de 2000 visitas de convivência ao longo do projeto.

### V.2.3.2 REUNIÕES DE COMISSÃO COMUNITÁRIA

Serão realizadas reuniões de comissões comunitárias nas diversas escalas territoriais previstas no projeto, entendendo a importância de se construir os modelos de governança intersetorial, multiescalar e participativa e, assim, estabelecendo estratégias dialógicas entre elas. Neste sentido, propomos: Comissões de Base, Comissões Microterritoriais, Comissões Mesoterritoriais e Comissões Macroterritoriais.

As reuniões de **Comissão de base** serão realizadas nas 111 comunidades de abrangência do PEA Costa Verde, sendo composta pelo grupo de comunitários mais envolvidos nas atividades do PEA. Nelas, construiremos reflexões conjuntas sobre as problemáticas das comunidades e os acordos para o andamento das atividades do projeto, incluindo a elaboração e organização das Ações Formativas e Intercâmbios. A quantidade de membros da comissão irá variar de acordo com a comunidade sendo, normalmente, composta por até 10 comunitários mais a equipe de educadores.

Já as reuniões de **Comissões microterritoriais**, que abrangem os 19 microterritórios previstos, e as **Comissões mesoterritoriais**, compostas pelos 3 mesoterritórios, serão fundamentais para a construção da governança viva e autogestionária necessária para garantir a participação ampla e qualificada dos sujeitos desse projeto na construção da meta-síntese, além de ser um espaço formativo fundamental para a organização coletiva de estratégias em nível regional. Elas acontecerão ao longo dos 5 anos do projeto, sobretudo, em períodos próximos às reuniões da Coordenação Político Pedagógica da Rede de Formação Socioambiental.

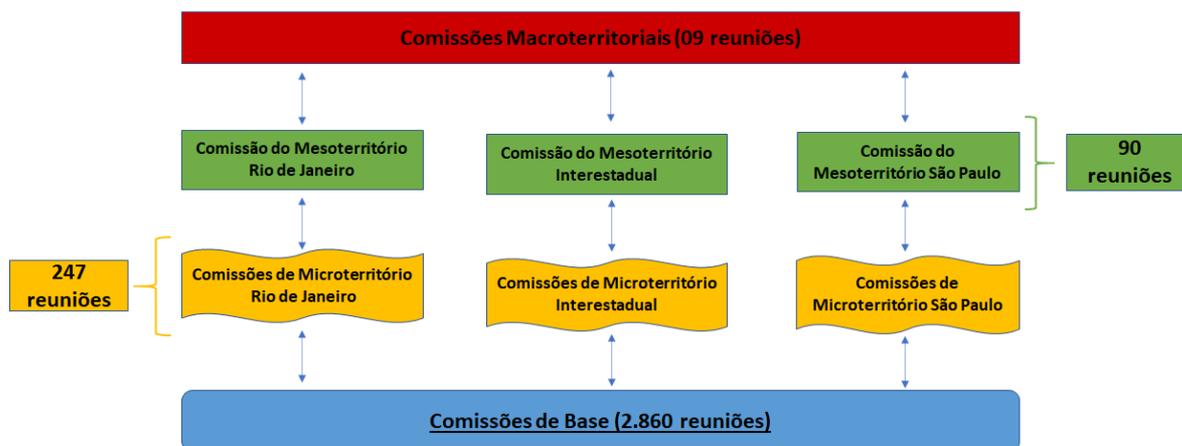
Por fim, serão realizadas reuniões de **Comissões macroterritoriais** a cada seis meses. Nestas participarão organizações comunitárias de abrangência macroterritorial,



regional e nacional vinculadas aos sujeitos do projeto. O objetivo será compartilhar as tomadas de decisão referentes à Rede de Formação e traçar estratégias de fortalecimento, organização e cooperação entre todos os territórios do PEA Costa Verde - Fase II.

Ao todo, serão 3.206 reuniões de comissões comunitárias, sendo 2.860 de base, 247 microterritoriais, 90 mesoterritoriais e 09 macroterritoriais.

### Fluxograma da Governança Participativa



#### V.2.3.3 AÇÕES FORMATIVAS

Podem ser individuais ou agrupadas entre comunidades. Devem estimular o envolvimento coletivo de comunitários em temas que mobilizem as comunidades. Não devem perder de vista as relações regionalmente construídas com outras comunidades, sendo papel da equipe de campo buscar iniciativas, os mais regionais possíveis, sem perder a capacidade de fortalecimento de processos organizativos junto às comunidades, ou seja, atuar regionalmente sem desestimular a organização de base. Elas podem ser realizadas em variados formatos tais como: rodas de conversa, aulas públicas, desenvolvimento de trabalhos coletivos e mutirões.

As Ações Formativas devem buscar alcançar os seguintes objetivos: (i) Contribuir com o processo educativo das comunidades em direção a uma maior noção dos seus

direitos, a um aprofundamento na compreensão das questões locais e regionais que impedem a melhoria das condições de vida e trabalho e, especialmente, ao estímulo à busca de soluções coletivas e à construção de espaços de vivência organizativa; (ii) Contribuir para o fortalecimento dos processos organizativos independente da equipe do PEA; (iii) Formação de novas lideranças, principalmente jovens e mulheres, vinculados ao processo educativo da Rede; e (iv) Debater junto às comunidades o papel da formação e a importância da participação de educandos nos cursos e atividades propostas pela Rede de Formação Socioambiental.

As ações formativas se mantêm conforme previsto inicialmente, porém, com menor número de participantes por atividade. Isto se deve aos impactos da pandemia da Covid-19 que serão vivenciados ao longo de todo o PEA, podendo ser um fator que dificultará a execução de atividades com número grande de pessoas. No entanto, isto não afetará o desenvolvimento do projeto, pois houve um aumento do número de atividades (novas atividades propostas) que possibilitará uma maior participação e envolvimento dos comunitários nas diversas ações propostas.

Serão 800 ao todo, sendo 600 ações formativas nas comunidades e 200 ações formativas agrupadas (com grupo de comunidades). Estas atividades poderão ser presenciais ou na modalidade remota, utilizando plataformas digitais (google meet).

#### V.2.3.4 INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS/PARTILHAS

As partilhas integrarão as atividades de campo do PEA Costa Verde com o objetivo de compartilhar experiências e saberes entre as comunidades pesqueiras, assim como de aprimorar conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais dos territórios. Ainda, possibilitarão a articulação entre as comunidades, os microterritórios e os mesoterritórios. Além disso, no âmbito das ações programadas dentro do PEA, as partilhas são espaços de reflexão prática coletiva sobre os temas abordados e que serão aprofundados nas reuniões dos blocos temáticos.

Serão realizadas 36 partilhas distribuídas ao longo do projeto. Estas devem reunir até 45 pessoas e ter duração de cerca de dois dias, com média de dois participantes de

cada comunidade para que o relato da experiência junto aos seus pares possa ocorrer com maior riqueza de detalhes. Em virtude do contexto da pandemia mundial de Covid-19, o número de pessoas previsto deverá ser avaliado de acordo com as condições sanitárias e as orientações das autoridades sanitárias no momento de sua realização.

As partilhas poderão ocorrer em comunidades do território ou fora da área de abrangência do PEA - Costa Verde. Cada intercâmbio deverá contar com roteiro pedagógico elaborado pela coordenação político-pedagógica, coordenações de mesoterritório e educadores populares, em conjunto com a comunidade que sediará a partilha. O detalhamento destas atividades está no Anexo VII - Plano de Intercâmbio de Experiências/Partilha.

### V.2.3.5 PROJETOS EXPERIMENTAIS

Os projetos experimentais têm como premissas básicas uma perspectiva territorial e ecossistêmica, devendo ser desenvolvidos no âmbito dos microterritórios, mesoterritórios ou macroterritório de abrangência do PEA Costa Verde. A abordagem ecossistêmica aplicada a um território concreto tem-se mostrado potente para direcionar, de modo teórico e prático, a implantação de territórios sustentáveis e saudáveis, permitindo a pactuação e o desenho de projetos emancipatórios e ampliando a governabilidade local e a efetividade das ações (FEOLA & BAZZANI, 2002; MINAYO, 2002; LEBEL, 2003; GALLO, 2009; GALLO & SETTI, 2012; GALLO & NASCIMENTO, 2019)

Projetos e ações desenvolvidos nesta perspectiva colocam o território como centro da definição de necessidades e da implementação de soluções, o que é um fator crítico para sua efetividade. Isso permite o fortalecimento de sujeitos autônomos, críticos e afetivos.

Dois fatores são fundamentais na construção dos projetos: a intersetorialidade e a multiescalaridade, que parte de microterritórios de atuação e se articulam em redes de cooperação nas diversas escalas (regional, nacional e global). Assim, as ações e atores

estratégicos são definidos a partir da compreensão da dinâmica territorial, permitindo a integração entre diferentes setores e escalas.

Nessa perspectiva, os projetos experimentais são compreendidos como ações estruturantes na abordagem ecossistêmica, que decorrem dos processos formativos e visam potencializar práticas identificadas nos territórios, a construção de redes, as articulações entre comunidades e o fortalecimento das organizações comunitárias. Serão organizados por meio de grandes eixos aglutinadores que serão definidos a partir das ações formativas, dos intercâmbios de experiências e demais atividades de campo, além de serem articulados aos blocos temáticos e à pesquisa, avaliação e monitoramento do PEA. A proposta é que a partir da ação concreta, os temas possam ser trabalhados como processo de reflexão-prática coletiva e aprofundados permanentemente. Parte-se, portanto, do princípio de educação como práxis, na unidade dialética entre a ação e a reflexão.

Para a elaboração dos projetos experimentais, é necessário partir da realidade concreta percebida a partir das ações formativas desenvolvidas no âmbito do PEA e do conhecimento acumulado sobre estes territórios. Esta realidade nos permite reflexões acerca das temáticas prioritárias (reuniões temáticas) e a proposição de ações formativas e estruturantes. Esse processo de reflexão-ação-reflexão, a partir da realidade concreta, nos permite identificar as potencialidades destes territórios que, por meio de ações estruturantes e ecossistêmicas, contribuem para o fortalecimento das organizações comunitárias e para a permanência destes sujeitos nos territórios sustentáveis e saudáveis.

Assim, o processo de definição dos projetos experimentais se dará por meio do seguinte percurso metodológico: a) organização das informações sobre as comunidades e os territórios, obtidas por meio das atividades de campo do PEA (visitas de convivência, reuniões de comissão e ações formativas); b) reflexão sobre essa realidade concreta nas reuniões temáticas mensais e nas reuniões quinzenais de mesoterritório; c) a partir destas reflexões, propor ações formativas, temas para os cursos da Rede de Formação e questões de pesquisa que possibilitem intervir nos territórios de forma mais efetiva; d) a partir deste processo de ação-reflexão-ação que parte da realidade concreta, identificar potenciais experiências e iniciativas para a proposição de projetos experimentais. Esse percurso



Responsável Técnico

Revisã  
o 00

metodológico garante identificar potenciais e propor ações estruturantes (projetos experimentais) articuladas ao processo formativo e à pesquisa, proporcionando resultados que possibilitem maior autonomia das comunidades para a autogestão destes projetos. Após a definição dos projetos, serão trabalhadas metodologias participativas para a sua elaboração. Isso permitirá diagnosticar as demandas e delinear ações conjuntas, por meio das especificidades e acúmulos já organizados no território. A formulação dos projetos terá como base as metodologias de incubação que vêm sendo construídas na Incubadora de Tecnologias Sociais (ITS/OTSS): Diagnóstico; Plano de incubação; Incubação; Avaliação do processo de incubação e Desincubação (avaliação, monitoramento e acompanhamento). Essa metodologia tem como princípio a construção de processos participativos que visam autonomia das práticas e iniciativas (Anexo VIII - Previsão de atividades que deverão ser instrumento de contratação específica). Essa proposta metodológica é bastante flexível, possibilitando adequar às diferentes dinâmicas e processos vivenciados pelas comunidades.

#### ***V.2.4 RESULTADO 4: COORDENAÇÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA (CPP) DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL CRIADA***

A Coordenação Político Pedagógica (CPP) é o coletivo que deverá realizar os debates de construção da Rede de Formação Socioambiental, tanto de cunho pedagógico como do ponto de vista administrativo. A CPP deverá ter uma forte articulação com as comissões de base, microterritoriais, mesoterritoriais e macroterritorial, configurando-se em um processo com ampla participação e representatividade das comunidades e suas organizações sociais neste processo.

Esse coletivo será formado por 30 membros: 07 do Núcleo Gestor Político-Pedagógico do PEA, 06 representantes da equipe de campo do PEA (01 educador apoiador e 01 educador mobilizador por mesoterritório), 14 comunitários que serão indicados pelas comissões mesoterritoriais e 03 representações de organizações comunitárias de abrangência macroterritorial e/ou nacional vinculadas aos sujeitos do projeto. Estas 3 últimas terão significativa relevância no que diz respeito à construção da

meta-síntese em diálogo e articulação com escalas maiores, trazendo, inclusive, contribuições e experiências de outros territórios - são exemplos de organizações que poderão ocupar essa cadeira a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), uma representação unificada das colônias de pescadores, etc.

Um aspecto importante na escolha de todos os representantes é que possuam entendimento de processos educativos comunitários e compreendam o papel político-pedagógico da Rede de Formação Socioambiental.

O formato e composição deste Coletivo poderá ser alterado nas revisões anuais do Plano de Trabalho. Esta flexibilidade é necessária devido ao atual contexto de pandemia da Covid-19 que dificulta a aproximação com as comunidades nas condições remotas. Além disso, a inserção de 41 novas comunidades na Fase II exige todo um processo prévio de entendimento do projeto, da meta-síntese e da construção das relações de confiança para que depois haja a indicação de lideranças para a CPP. Mesmo nas comunidades em que a fase I já atuou, não há indícios de que esse processo prévio esteja completamente finalizado.

Após constituída a CPP, esta deverá apresentar um regimento interno para o seu funcionamento. A coordenação da CPP, a preparação das reuniões e a divisão de tarefas para elaboração coletiva será de responsabilidade do Núcleo Gestor Político Pedagógico do PEA.

Estas atividades poderão ser remotas ou presenciais de acordo com a situação da pandemia da Covid-19.

#### *V.2.4.1 – REUNIÕES PARA DIÁLOGO COM COMUNIDADES E ORGANIZAÇÕES*

Essas reuniões serão virtuais e deverão abranger as 111 comunidades. Nelas, serão discutidas a proposta da Rede de Formação e a constituição das Comissões microterritoriais e mesoterritoriais, suas funções e importância no processo autogestionário e de corresponsabilização para a construção do Projeto Político Pedagógico



(PPP). Nestas reuniões, as comunidades indicarão representantes para compor as Comissões microterritoriais.

Além disso, nestas reuniões serão apresentados os resultados iniciais do Diagnóstico sobre a Covid-19 e sobre uso de instrumentos de comunicação remota junto ao público do PEA Costa Verde.

#### V.2.4.2 - REUNIÕES PARA DIÁLOGO NOS MICROTERRITÓRIOS

Essas atividades deverão ser realizadas nos 19 microterritórios, definidos, inicialmente, a partir da distribuição da equipe de educadores pelas 111 comunidades. Nelas, serão discutidas “a rede de formação que a gente quer” (em seus aspectos pedagógicos e quanto ao espaço físico) e, também, o papel das comissões microterritoriais e mesoterritoriais e da coordenação político pedagógica da Rede de Formação (CPP), de modo a integrar reflexões sobre os modelos de governança viva e de autogestão que permitirão a articulação em rede das instâncias de discussão e representação. Aqui também será o momento para a indicação dos comunitários que integrarão as Comissões mesoterritoriais.

Esta atividade será permanente durante o projeto e tem como objetivo pedagógico a construção da governança intersetorial e participativa que organizará os pescadores(as) artesanais e/ou comunitários(as) para atuarem na CPP e para a discussão do Projeto Político Pedagógico e demais processos formativos.

#### V.2.4.3 – REUNIÕES PARA DIÁLOGO NOS MESOTERRITÓRIOS

Essas atividades serão realizadas no formato remoto e ocorrerão nos 03 mesoterritórios: São Paulo, Interestadual e Rio de Janeiro. Nelas, serão apresentadas as contribuições debatidas nas reuniões de microterritórios e, a partir dessas, serão realizados debates conceituais/metodológicos sobre a Rede de Formação. Também serão definidos os 14 representantes que integrarão a Coordenação Político-Pedagógica da Rede de Formação Socioambiental.

Esta atividade será permanente durante o projeto e tem como objetivo pedagógico a construção da governança intersetorial e participativa que organizará os pescadores(as) artesanais e/ou comunitários(as) para atuarem na CPP para a discussão do Projeto Político Pedagógico e demais processos formativos.

#### *V.2.4.4 – REUNIÃO PARA DIÁLOGO COM ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS DE ABRANGÊNCIA MACROTERRITORIAL - COMISSÕES MACROTERRITORIAIS*

Essa atividade se dará por meio das ações formativas. Nela, serão discutidas a proposta da Rede de Formação Socioambiental e sua estrutura de governança viva - comissões microterritoriais e mesoterritoriais e Coordenação político-pedagógica para tomadas de decisão acerca do PPP. Na primeira reunião, os participantes indicarão os 3 representantes das organizações comunitárias de abrangência macroterritorial vinculadas aos sujeitos do projeto para compor a CPP.

#### *V.2.4.5 – OFICINA DE FORMAÇÃO E PLANEJAMENTO CONTINUADO DA EQUIPE EXECUTORA (OFPC)*

Esta será uma das Oficinas de Formação e Planejamento Continuo da Equipe Executora (OFPC), na qual teremos um momento de debate com os educadores populares sobre a concepção da Rede de Formação e sua estrutura de governança e outro momento de reflexão sobre os resultados das reuniões temáticas, na perspectiva de elaboração de sínteses que propiciem subsídios à CPP. Aqui serão definidos os representantes dos educadores populares para a CPP, sendo 01 educador apoiador e 01 educador de base por mesoterritório.

#### *V.2.4.6 - 1ª REUNIÃO DE CRIAÇÃO DA COORDENAÇÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA (CPP) DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL*

A primeira reunião da CPP da Rede de Formação Socioambiental será o momento em que o Núcleo Gestor Político Pedagógico do PEA compartilhará com os participantes

o plano de trabalho coletivo a ser executado ao longo de seis meses (com reuniões mensais do grupo). Se discutirá também o arranjo estratégico comunicativo entre as comissões comunitárias de base, de micro e mesoterritórios que permitirá maior e mais qualificada participação dos comunitários na construção do Projeto Político Pedagógico e de implementação da Rede de Formação Socioambiental, objeto de trabalho dessa coordenação.

Será necessário constituir acordos para garantir comprometimento dos componentes do grupo, frisando a importância da manutenção dos mesmos participantes ao longo do processo e dos repasses aos coletivos que os membros representarão. Espera-se a participação de 30 pessoas nessa primeira reunião de 16 horas, que poderá ser virtual ou presencial conforme avaliação da situação da pandemia.

### ***V.2.5 RESULTADO 5: APROFUNDAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DOS TEMAS GERADORES DOS TERRITÓRIOS QUE SUBSIDIARÃO AS ATIVIDADES EM CAMPO, OS CURSOS DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E A PESQUISAÇÃO.***

Ao analisar o item dos blocos temáticos na proposta do Plano de Trabalho realizado na Fase I, o consideramos potente como espaço reflexivo das temáticas que emergem da práxis nos territórios, de modo que optamos não apenas por preservá-lo, como torná-lo permanente ao longo dos 5 anos de projeto, com encontros mensais e reuniões ampliadas.

Nesse novo formato, os blocos temáticos fundamentarão os conteúdos dos cursos da Rede de Formação Socioambiental, subsidiarão toda a pesquisa participante prevista no projeto e se articularão numa perspectiva dialógica com os intercâmbios de experiência, as ações formativas e os projetos experimentais, além de serem fundamentais nas estratégias de regionalização entre os mesoterritórios.

Ademais, contribuirão para a formação continuada dos educadores populares e em seu diálogo com os comunitários que poderão, caso queiram, também participar desse espaço. Consideramos que os encontros, ao integrarem educadores e comunitários



interessados para refletir determinado tema gerador, poderão se tornar um laboratório de aprendizado para o acompanhamento que os educadores populares farão junto aos educandos nos períodos dos cursos da Rede de Formação Socioambiental.

Propomos, ainda, que as temáticas dos blocos sejam ampliadas conceitualmente, a fim de atender às diversas demandas dos territórios, e que os temas geradores referentes a cada bloco sejam flexíveis, respeitando a vivacidade dos territórios. A seguir, apresentamos os blocos e alguns temas geradores já identificados como demandas em cada um deles:

### 1) Justiça Socioambiental

- Defesa, articulação e participação social;
- Fortalecimento e qualificação das organizações comunitárias;
- Gestão de Conflitos:
  - Instrumentos de regularização fundiária;
  - Grandes empreendimentos e racismo socioambiental

### 2) Economia Solidária

- Agroecologia: a partir de diversas formas de manejo sustentável existentes nas comunidades;
- Soberania alimentar;
- Expressões Culturais (artesanato, música, dança, práticas religiosas);
- Turismo de base comunitária;
- Pesca artesanal (beneficiamento do pescado, comercialização autônoma);
- Crédito popular, moeda local;
- Incubação dos coletivos.

### 3) Educação Popular e Diferenciada

- Debates político pedagógicos para a construção da Rede de Formação;

- Debates sobre a educação popular e diferenciada nos territórios.

#### 4) Governança e Gestão Territorial

- Infraestrutura e Políticas Públicas:
  - Acesso a políticas públicas da pesca artesanal e demais políticas destinadas aos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT (saneamento, agricultura/segurança alimentar, cultura, etc.)
  - Regularização (habilitações), legislação e estímulo à pesca e maricultura
- Organização Institucional:
  - Articulação institucional: em conselhos, com governo (deputados, senadores, vereadores etc.)
  - Redes de articulação territorial

A organização dos debates se dará com a seguinte dinâmica: a cada 05 reuniões temáticas mensais, ocorrerá 01 reunião temática ampliada para socialização e debate coletivo de todos os temas. E, em cada tema gerador definido no momento, teremos a participação de educadores populares de todos os mesoterritórios, Núcleo Gestor Político Pedagógico do PEA, coordenação de mesoterritório do PEA e comunitários interessados no tema.

##### V.2.5.1 REUNIÕES TEMÁTICAS MENSAIS

Estas atividades têm como objetivo a construção de uma visão mais regional das questões que mobilizam as comunidades e a integração de educadores e comunitários interessados em refletir determinado tema gerador. Além disso, será um espaço de aprendizado para o acompanhamento que os educadores populares farão junto aos educandos nos períodos dos cursos da Rede de Formação. A atividade foi descrita no item

V.2.2.2, pois é parte da formação continuada da equipe. Esta atividade se desenvolverá no formato remoto.

#### V.2.5.2 REUNIÕES TEMÁTICAS AMPLIADAS

O objetivo dessas reuniões será aprofundar os temas em debate coletivo e construir as sínteses que deverão ser absorvidas pelo PPP. Participarão dessas reuniões 60 pessoas entre educadores populares, comunitários, representantes do Núcleo gestor político pedagógico e das coordenações de mesoterritórios e, eventualmente, um/a especialista que venha a ser necessário/a para contribuir nos debates e na elaboração da síntese. A síntese deverá ser um documento objetivo que contenha: (i) uma elaboração que contextualize os temas sob diferentes aspectos na conjuntura regional; (ii) um detalhamento de como este debate pode contribuir com o estímulo a processos organizativos na região; e (iii) e apontamentos de como a Rede de Formação pode dar desdobramentos para os temas com vistas a contribuir para melhoria da condição atual das comunidades na região.

### V.2.6 RESULTADO 6: PRÉ-PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL ELABORADOS

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é a elaboração teórica que reúne os objetivos, estabelece princípios e valores e organiza a estratégia de construção da Rede de Formação Socioambiental. Nesta etapa, deverá ser produzido o documento prévio da PPP. Ele será avaliado e aprimorado a partir da execução das turmas do curso básico e das demais experiências formativas em curso.

#### V.2.6.1 SEIS REUNIÕES DA CPP DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL



Como parte da formação da CPP, as reuniões deverão se aprofundar nos conteúdos políticos e pedagógicos que orientarão a construção da Rede de Formação Socioambiental. Para isso, serão realizadas seis reuniões cujos objetivos são: (i) debater os temas que vêm sendo discutidos junto às comunidades e às comissões micro e mesoterritoriais e experiências de formação existentes no território; (ii) acolher e aprofundar os temas e experiências a partir das sínteses elaboradas; (iii) construir os pontos gerais do PPP da Rede de Formação Socioambiental; (iv) debater o desenho do curso básico com os conteúdos das aulas e tarefas de campo; e (v) construir o desenho geral do Projeto de implementação da Rede de Formação Socioambiental. Ao final dessas seis reuniões, deverá ser concluído o pré-PPP da Rede contendo, além da estratégia geral de construção desta, os detalhes do curso básico e apontamentos para o projeto de implementação da Rede de Formação Socioambiental.

#### *V.2.6.2 UMA OFICINA DE FORMAÇÃO E PLANEJAMENTO CONTINUADO*

Esta será uma das Oficinas de Formação e Planejamento Continuado da Equipe Executora (OFPC), na qual teremos um momento de debate com os educadores populares sobre a proposta do pré-Projeto Político Pedagógico da Rede de Formação (PPP), com o objetivo de sistematizar e aprofundar o que já foi discutido, apontar questões relevantes e propor sugestões para o PPP.

#### *V.2.6.3 PRODUÇÃO DO PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL*

O Projeto de Implementação detalhará a estruturação da Rede de Formação Socioambiental. A decisão do melhor formato caberá à CPP para que a instalação de estruturas físicas contribua para o alcance do objetivo geral do projeto. O formato definido será contratado pela Petrobras. A responsabilidade por acompanhar a elaboração do Projeto de Implementação da Rede de Formação Socioambiental será da CPP.



### **V.2.7 RESULTADO 7: REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL LANÇADA**

O lançamento da Rede de Formação Socioambiental será marcado por um ato público que coincidirá com o início das primeiras turmas do curso básico. Deverão ser mobilizados, além dos educandos, representantes das organizações que participarão da construção da Rede, assim como parceiros e autoridades públicas que possam contribuir com os objetivos do projeto.

Este ato dará início ao funcionamento da Rede de Formação Socioambiental, mesmo sem possuir instalações próprias, podendo contar com espaços físicos já existentes no território. Esse fato é importante e a ele deve ser dado destaque na ocasião. A Rede de Formação deve ser percebida por todos/as presentes como um processo de mobilização e envolvimento de comunidades e organizações, muito além do restrito alcance de uma estrutura física. Deve-se dar a dimensão de que os espaços pedagógicos devem superar as possíveis estruturas físicas da Rede e se construir em programas de formação onde os comunitários estão valorizando os espaços comunitários e institucionais presentes no território.

Esse lançamento buscará reunir 100 pessoas (a depender da situação sanitária) e deverá ser coordenado pelo Núcleo gestor político pedagógico do PEA junto com a CPP da Rede de Formação Socioambiental.

#### **V.2.7.1 APRESENTAR A PROPOSTA DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E IDENTIFICAR PARTICIPANTES DO CURSO BÁSICO**

A equipe de campo deverá apoiar a efetivação da Rede de Formação Socioambiental, mobilizando os comunitários para participar dos cursos, discutindo o papel da comunidade durante o desenvolvimento dos cursos, apresentando a proposta do curso básico e, junto com a comunidade, identificar os/as participantes potenciais. Com estas/es devem ser realizadas conversas individuais a fim de confirmar a vontade e disponibilidade dos comunitários, esclarecendo qualquer dúvida que existir. Estas atividades poderão ser realizadas por meio das ações formativas e complementadas pelas visitas de convivência para conversas individuais com os interessados.

Responsável Técnico

Revisã  
o 00

### V.2.7.2 UMA OFICINA DE FORMAÇÃO E PLANEJAMENTO CONTINUADO

A oficina que será realizada nesta ocasião deverá contribuir para que a equipe de campo tenha plena apropriação dos objetivos e metodologia da Rede de Formação Socioambiental para que o trabalho em campo (apresentação e escolha dos/as educandos das primeiras turmas do curso básico) ocorra de forma adequada. Para essa oficina, deve-se promover momentos específicos destinados à formação dos Educadores Populares de Base do projeto, tendo em vista seu papel crucial na apresentação da Rede de Formação Socioambiental nas comunidades.

## V.2.8 RESULTADO 8: EDUCANDOS DE DUAS TURMAS DO CURSO BÁSICO FORMADOS

### V.2.8.1 REALIZAR AS TURMAS DO CURSO BÁSICO

Conforme apontado na versão original do Plano de Trabalho da Fase II: “O curso básico deverá ser um curso da escola que ajudará a aprofundar a compreensão da região, experimentando a elaboração teórica do pré-PPP da escola num curso real. Deverá tratar de temas comuns às comunidades e organizações na região”.

O Curso Básico deverá ser oferecido na perspectiva da pedagogia da alternância, e terá uma programação bastante aprofundada, dividida em dois cursos iguais com quatro etapas de uma semana cada. Os cursos serão simultâneos e terão suas etapas intercaladas, isto é, enquanto um estará realizando uma etapa, o outro estará em “tempo comunidade”. Os dois cursos deverão ser realizados em locais temporários com possibilidade de alojamento e refeitório no mesmo ambiente ou próximo, contratados especificamente para isso. Os educadores de base do PEA deverão ser considerados público previsto para esse curso. Os participantes do curso básico que não sejam Educadores de base (59 pessoas) deverão receber durante o período de 12 meses, nos quais as atividades do curso estarão distribuídas, uma bolsa mensal que possibilite se ausentar de suas atividades de trabalho durante a realização do curso da Rede de Formação Socioambiental.



As bolsas, mesmo durante os períodos em que os educandos estiverem em suas comunidades, possibilitam uma vinculação maior deles à Rede e às atividades educativas previstas para o “tempo comunidade”. Como contrapartida à bolsa, os educandos deverão desenvolver trabalhos pedagógicos da Rede de Formação Socioambiental em suas comunidades, orientados e acompanhados pelos Educadores Populares.

A programação das etapas deverá ser detalhada no pré-PPP da Rede de Formação Socioambiental, mas seguirá a orientação inicial de conter:

- História da Organização Popular e dos Movimentos Sociais no Brasil;
- Análise de conjuntura da região;
- Estudo das Identidades Caiçara, Quilombola e Indígena;
- Características e dinâmicas da atividade pesqueira na região;
- Metodologias da Educação Popular e Diferenciada;
- Educação Ambiental Crítica;
- Fundamentos e Metodologias de Construção do PPP;
- Blocos Temáticos do PEA Fase II.

Segundo o CNE/CEB (2020), a Pedagogia da Alternância consiste numa didática específica que articula saberes escolares com os saberes da experiência da vida fora do espaço escolar - articulando teoria e prática no processo de aprendizagem – graças a uma alternância de períodos entre o ambiente familiar, comunitário e escolar.

O modelo educativo da Pedagogia da Alternância está baseado em quatro princípios: a) Alternância: uma ligação entre a escola, a família/comunidade e o meio para a vivência socioprofissional do educando; b) Associação: responsabilidade das famílias/comunidades e do meio para com a formação do jovem; c) Formação integral da pessoa: considera que a formação leva em conta todas as dimensões humanas: pessoal (afetiva, intelectual, profissional e religiosa) e comunitária (política, econômica e social); d) Flexibilização da organização curricular e do calendário escolar.



Para atender a estes princípios, serão utilizados diversos instrumentos didático-metodológicos para organização dos cursos com base na pedagogia da alternância, tais como: Plano de Estudo; Caderno da Realidade; Visitas e Viagem de Estudo; Atividades de Retorno; Visitas às Famílias; Projeto Profissional; Folha de Observação; Projeto das Áreas; Intervenção; Cursos/Oficinas; Auto-organização da Vida de Grupo; Articulação entre as Atividades Desenvolvidas; Projetos Integradores e trabalhos Interdisciplinares; Integração dos Conhecimentos e Avaliação coletiva.

#### *V.2.8.2 TRÊS OFICINAS DE FORMAÇÃO E PLANEJAMENTO CONTINUADO*

As três oficinas que serão realizadas nesse período do projeto devem contribuir para que a equipe de campo realize um bom acompanhamento dos educandos nos “tempos-comunidade”. O objetivo desse acompanhamento será de estimular a realização das tarefas previstas de serem realizadas nas comunidades e buscar um envolvimento dos educandos junto às iniciativas organizativas das comunidades em que vivem e das organizações da região, além de incentivar o início de processos organizativos onde não existam.

As oficinas serão intercaladas com as etapas do curso básico para que possam ser realizadas formações e planejamentos específicos para cada “tempo-comunidade”.

#### *V.2.8.3 TRÊS REUNIÕES DA CPP DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL*

Essas reuniões deverão ser realizadas para garantir um bom funcionamento das duas turmas do curso básico. A CPP deverá zelar pelo bom andamento do curso como um todo, tanto das etapas presenciais como do acompanhamento dos educandos em campo. Essas reuniões terão também o importante papel de debater os ajustes necessários à consolidação da versão final do PPP da Rede de Formação Socioambiental.



## **V.2.9 RESULTADO 9: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL CONCLUÍDO**

O PPP da Rede de Formação Socioambiental será composto de Marco Referencial, Diagnóstico e Programação. O **Marco Referencial** será desdobrado em três aspectos (GANDIM,1983): **Marco Situacional**, que consiste em uma descrição e um julgamento da realidade global e local; **Marco Doutrinal**, que se refere à concepção filosófica e sociológica da Rede de Formação Socioambiental; **Marco Operativo**, que se fundamenta nos pressupostos pedagógicos e metodológicos da Rede de Formação Socioambiental.

O **Diagnóstico** é a comparação entre o ideal e o real; e a **Programação** constituirá o plano de ação da Rede de Formação Socioambiental, que inclui objetivos, políticas, estratégias, responsáveis, instruções de execução e, finalmente, uma proposta curricular com a estrutura de organização dos cursos a serem oferecidos.

Para cada componente do PPP acima listado, serão implementadas diferentes metodologias de construção, pedagogicamente mais adequadas e coerentes com a natureza da tarefa de construção.

### **V.2.9.1 UMA REUNIÃO DA CPP DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

Essa reunião deverá avaliar os cursos executados até então e consolidar o debate sobre os ajustes no Pré-Projeto, tendo como produto o Projeto Político Pedagógico final. Esse documento deverá servir como marco, contendo princípios e objetivos que deverão balizar a Rede de Formação Socioambiental durante todo seu funcionamento.

## **V.2.10 RESULTADO 10: OITO CURSOS REALIZADOS COM PARCEIROS**

### **V.2.10.1 REALIZAR OITO CURSOS COM PARCEIROS**

Esses cursos deverão ser construídos pela CPP da Rede de Formação Socioambiental e estarem previstos no PPP. Deverão ser priorizados cursos com maior

conteúdo prático e com foco na melhoria das condições de trabalho e vida dos sujeitos do projeto.

Os oito Cursos previstos terão os conhecimentos acerca da realidade regional como conteúdo norteador e poderão ser realizados em diferentes formatos e modalidades de oferta, podendo se constituir como Cursos Livres, Cursos Básicos, Cursos de Educação Profissional (de Qualificação, Técnicos e Tecnológicos); Cursos de Extensão, Estágios Profissionalizantes, Imersões, Trocas de Experiências, Partilhas Comunitárias, Roteiros Guiados, Oficinas e Intercâmbios.

Poderão constituir-se parcerias para a realização dos cursos, priorizando-se as entidades e organizações com as quais o PEA já vem realizando articulações. Isso é importante, pois possibilita que parte dos cursos possam ocorrer de maneira regionalizada, atendendo aos processos formativos específicos de cada realidade mesoterritorial, não precisando obrigatoriamente envolver toda a área de atuação do projeto.

Juntamente com as equipes de campo, que estarão em diálogo e observação para a sugestão dos educandos dos cursos, organizações e parceiros poderão também indicar participantes. Havendo número de indicados maior que o número de vagas disponíveis para o curso, será realizada avaliação junto à equipe de campo quanto ao papel dessas pessoas nas comunidades em que o PEA atua. Caberá à CPP solucionar possíveis problemas nessas indicações e, em diálogo com os parceiros, estabelecer o número de vagas.

Os Blocos Temáticos têm aqui fundamental papel de subsidiar os Cursos a serem promovidos pela Rede de Formação Socioambiental, apontando conteúdos e dinâmicas sociais, econômicas e culturais das comunidades envolvidas, na perspectiva de que os cursos atendam aos objetivos do PEA Fase II. Assim, alguns destes cursos terão caráter mais técnico, com foco no aperfeiçoamento do trabalho, já outros privilegiarão a formação política, objetivando o empoderamento dos sujeitos prioritários do PEA com foco na participação organizada.



Responsável Técnico

Revisã  
o 00

### *V.2.10.2 NOVE REUNIÕES DA CPP DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL*

Assim como na ocasião da realização do curso básico, as reuniões da CPP são necessárias para o acompanhamento pedagógico dos cursos, para articulação com os parceiros e para resolver questões administrativas. As reuniões deverão ser realizadas sob demanda, mas considerando sua distribuição ao longo do período da realização dos cursos com parceiros.

### *V.2.10.3 QUATRO OFICINAS DE FORMAÇÃO E PLANEJAMENTO CONTINUADO*

As oficinas são necessárias nessa etapa do projeto para garantir a seleção de participantes dos cursos, assim como o bom acompanhamento dos educandos após cada etapa ou curso, sempre com vista em aproximá-los aos processos organizativos das comunidades e regiões em que vivem. Nas oficinas, devem ser compartilhadas as potencialidades, assim como dúvidas e dificuldades enfrentadas pela equipe, buscando soluções coletivas.

Para o caso dos Cursos Básicos, essas Oficinas de Equipe cumprem também o papel de serem espaços de planejamento e avaliação do acompanhamento dos educandos matriculados nos Cursos, utilizando-se dos elementos metodológicos da pedagogia da alternância, já mencionados acima.

## ***V.2.11 RESULTADO 11: REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL INAUGURADA***

O ato de inauguração da Rede de Formação Socioambiental deverá mobilizar as comunidades em que o PEA atua, os educandos que tenham participado dos cursos e os parceiros que existem na região e que apoiam a construção da Rede de Formação. A inauguração deverá ser um momento simbólico de comemoração em que a conquista deste se materializa e de coletivização do PPP da Rede de Formação Socioambiental.



Responsável Técnico

Revisã  
o 00

Todo o apoio necessário (transporte, alimentação, hospedagem, etc.) para a participação dos comunitários e parceiros nessa atividade deverá ser fornecido pelo projeto. As atividades de inauguração deverão ser planejadas de acordo com a estrutura definida para a Rede de Formação Socioambiental do PEA.

## ***V.2.12 RESULTADO 12: DOIS CURSOS NA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL REALIZADOS***

Após a realização dos dois primeiros Cursos Básicos iniciais e dos oito Cursos subsequentes, a Rede de Formação Socioambiental terá condições de propor Cursos de caráter mais permanente, regulares, com ingresso anual ou semestral, logo, com previsão de abertura de novas turmas, dependendo das demandas provindas dos processos formativos e das avaliações feitas até então.

Estes dois cursos serão “carro-chefe” da Rede de Formação Socioambiental, envolvendo temáticas e formatos já experimentados, bem avaliados e estruturalmente integrados aos objetivos formativos do PEA, privilegiando parcerias institucionais que se mostraram exitosas. Estes dois Cursos vão se constituir como base de um programa de formação reconhecido no território, ampliando a identidade regional da Rede de Formação Socioambiental, promovendo o sentimento de pertença dos sujeitos prioritários protagonistas do projeto e garantindo que estes tenham maior poder de intervenção na gestão territorial e socioambiental do macroterritório PEA Costa Verde.

### ***V.2.12.1 IDENTIFICAR OS PARTICIPANTES DOS DOIS CURSOS***

A definição dos educandos para os dois cursos deverá ser feita a partir de indicação das organizações, de parceiros e da atuação da equipe de campo junto às comunidades. Eventualmente, a CPP poderá demandar à equipe de campo a busca de participantes de locais sem indicações a fim de compor turmas com participantes de origens diversas ao longo de todo o território de atuação do PEA.

### V.2.12.2 ACOMPANHAMENTO DOS EDUCANDOS

O acompanhamento dos educandos será feito pelos professores e tutores dos cursos oferecidos. Em relação aos Cursos Básicos, entretanto, esse acompanhamento durante os “tempos-comunidade” deverá ser realizado pela equipe de campo, da mesma forma que descrito em itens anteriores, a partir dos princípios da educação popular, com ênfase na Pedagogia da Alternância, e deverá buscar a inserção ou fortalecimento dos educandos nos processos organizativos das comunidades e regiões.

### V.2.12.3 DUAS OFICINAS DE FORMAÇÃO E PLANEJAMENTO CONTINUADO

Assim como descritas em itens precedentes, as oficinas deverão contribuir com o acompanhamento dos educandos nos “tempos-comunidade”, para o caso dos Cursos Básicos, utilizando-se dos instrumentos já listados anteriormente neste Plano (V.2.8). Para os demais tipos de Cursos, o PPP da Rede de Formação Socioambiental deverá prever temáticas para essas Oficinas, em especial aquelas relacionadas aos Blocos Temáticos e às atividades formativas descritas no item V2.3. Também será um momento para compartilhar dificuldades, dúvidas e iniciativas positivas em cada região.

### V.2.12.4 QUATRO REUNIÕES DA CPP DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

As reuniões da CPP são necessárias para o acompanhamento pedagógico dos cursos, para articulação com os parceiros e para resolver questões administrativas.

## V.2.13 RESULTADO 13: PLANO DE TRABALHO DA FASE III ELABORADO

O Núcleo Gestor Político Pedagógico do PEA conduzirá um processo participativo para elaborar o Plano de Trabalho da Fase III. Este processo deverá respeitar as especificidades de cada mesoterritório e proporcionar Encontros de Formulação do Plano de Trabalho da Fase III. Deverão estar previstos encontros com os seguintes

públicos: Equipe de campo, Representantes de Comissões Comunitárias, Coordenação Político Pedagógica da Rede de Formação Socioambiental, Membros do Consórcio responsável pela execução do PEA Costa Verde, Organizações populares locais, regionais e nacionais e Parceiros Estratégicos no Território. Os resultados dos encontros deverão ser sistematizados e validados com os grupos envolvidos.

Essa elaboração será resultado da experiência acumulada e sistematizada desde a Fase I e deverá buscar desdobramentos mais avançados do que os alcançados ao longo da Fase II, sejam eles de caráter organizativo ou das próprias experiências desenvolvidas a partir da Rede junto às comunidades.

#### *V.2.13.1 TRÊS REUNIÕES DA CPP DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL*

Essas reuniões deverão ser feitas para debate e definição das linhas gerais do Plano de Trabalho da Fase III do PEA. Essas reuniões farão uma avaliação da Fase II, extraindo elementos importantes a serem integrados na próxima fase, além de levarem em consideração os resultados dos Encontros de Formulação do Plano de Trabalho da Fase III. A sistematização do processo avaliativo norteará a proposta a ser elaborada pelo Núcleo Gestor Político Pedagógico do PEA e apresentada à Petrobras e ao IBAMA.

#### *V.2.14 RESULTADO 14: AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO PEA REALIZADAS*

Para a elaboração das ações de comunicação, foi construído um Plano de Comunicação (Anexo IX) que relata todo o percurso participativo que levou à sua elaboração; apresenta detalhadamente os produtos de comunicação previstos até a finalização do projeto; e especifica temas e conteúdos já sugeridos pelo GT de Comunicação do PEA para serem elaborados ao longo de 2021. Igualmente, apresenta uma nova identidade visual para o projeto e uma proposta de monitoramento e avaliação capaz de expressar, por meio de evidências, o alcance do projeto entre seus públicos prioritários.



Responsável Técnico

Revisã  
o 00

Para além do boletim informativo e do vídeo documentário anuais, destacamos que o presente plano prevê ações adicionais, são elas: 1) Elaboração do "kit chegada"; 2) Produção de 26 conteúdos especiais entre podcasts e reportagens; 3) Produção de 106 posts em redes sociais com a cobertura de atividades do projeto; e 4) Realização de 5 atividades de formação da equipe PEA em comunicação popular e educomunicação.

Consideramos necessária a ampliação dos materiais de comunicação, pois são fundamentais para a participação qualificada das comunidades nas arenas de decisão da gestão ambiental por meio do fortalecimento de sua organização social e de sua capacidade em comunicar, autonomamente, assuntos que as próprias comunidades apontem como prioritários. A pandemia da Covid-19 nos traz como aprendizado a necessidade de dar maior centralidade às ações de comunicação, mostrando que comunicar-se é um direito fundamental. Situações extremas nada mais fazem do que escancarar desigualdades já existentes e que acentuaram as vulnerabilidades sofridas pelos povos e comunidades tradicionais e/ou pesqueiras.

### ***V.2.15 RESULTADO 15: AÇÕES DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO REALIZADAS***

Ao longo dos cinco anos do projeto, será realizado um amplo processo de pesquisa, avaliação e monitoramento junto às comunidades e do desenvolvimento das atividades previstas para atingir os objetivos do PEA.

Fundamentado nos escopos teóricos já apresentados, todo o percurso será constituído em intenso diálogo com as atividades formativas, com os blocos temáticos e com a coordenação político-pedagógica da Rede de Formação Socioambiental a fim de que o ato de pesquisar, avaliar e monitorar possa contribuir para potencializar reflexões e práxis em campo, além de subsidiar qualitativamente os processos organizativos e atuações coletivas dos pescadores e pescadoras artesanais nos espaços públicos, sobretudo aqueles relacionados à gestão ambiental pública e ao licenciamento ambiental do Pré-Ssal.



Os resultados desse processo serão apresentados a partir dos seguintes produtos: 1) Levantamento e Sistematização de dados secundários; 2) Atualização do diagnóstico participativo; 3) Análise da organização das comunidades; 4) Avaliação Continuada e Permanente do Projeto; 4) Diagnóstico Covid-19 e sobre uso de instrumentos de comunicação remota junto ao público do PEA Costa Verde. O aprofundamento deles, assim como as concepções teóricas e metodológicas que os nortearão, estão no Anexo X – Plano de Acompanhamento, Pesquisa, Avaliação e Monitoramento.

### ***V.2.16 RESULTADO 16: READEQUAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19 REALIZADA***

Em abril/maio de 2021, o Brasil encontra-se no pior cenário epidemiológico e de capacidade de atendimento hospitalar desde o início da pandemia de Covid-19, culminando no colapso do atendimento hospitalar em diversos estados, incluindo regiões dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Algumas vacinas estão disponíveis no país, mas a vacinação iniciada em janeiro de 2021 segue em ritmo lento, imunizando menos de 10% da população. Este cenário nacional se agravou pelo surgimento de novas variantes de preocupação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que rapidamente passaram a prevalecer no país.

Diante desse contexto, foi necessário construir uma proposta dentro deste plano capaz de garantir a continuidade do projeto, levando em consideração os cuidados necessários para manter a equipe e as comunidades em segurança. Para essa decisão, nos respaldamos também na Informação Técnica nº 43/2020-COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA, de modo que a primeira ação foi definir como temática prioritária, para o ano de 2021, a Pandemia de Covid-19.

Reorganizamos as ações formativas, de pesquisa, monitoramento e comunicação previstas para 2021 com o intuito de aprofundar dois pontos: 1) identificação dos efeitos da pandemia no público do PEA; 2) definição de instrumentos remotos de mobilização e de apoio a processos formativos - tais conteúdos integrarão o primeiro relatório temático



“Diagnóstico Covid-19 e sobre uso de instrumentos de comunicação remota junto ao público do PEA Costa Verde”, a ser entregue em julho de 2021.

Com isso, conseguiremos avaliar o quanto a pandemia intensificou situações de fragilidades vividas pelos sujeitos prioritários do PEA, grupo este já definido como o mais vulnerabilizado pelo megaempreendimento do Pré-Sal. Algumas informações recolhidas junto aos educadores de base e a lideranças comunitárias já nos apontam, por exemplo, que a necessidade do isolamento social acentuou a violação ao direito à comunicação, fundamental para a organização comunitária, uma vez que muitas dessas comunidades não possuem acesso facilitado à internet e seus moradores apresentam dificuldades no manuseamento de ferramentas para reuniões online, redes sociais, etc.

Entendendo, ainda, que o contexto da pandemia tem ampliado significativamente as condições de insegurança alimentar dentro das comunidades e que essa situação exige atitudes emergenciais que não podem aguardar a constituição de um diagnóstico completo, o PEA atuará junto à “Campanha Cuidar é Resistir”, coordenada pelo Fórum de Comunidades Tradicionais em diálogo com outras organizações comunitárias dos territórios de abrangência do PEA Costa Verde.

A campanha, com recursos providos de diferentes parceiros, fornecerá cestas básicas com produtos agroecológicos às comunidades mais vulnerabilizadas e comprará produtos agrícolas e pescados das comunidades tradicionais e/ou pesqueiras, evitando assim que outras comunidades cheguem a essa situação extrema. Além disso, realizará atividades de comunicação que contribuam com o enfrentamento da pandemia nos territórios. Nossa decisão por apoiar a campanha se fundamenta no entendimento de que atividades emergenciais não podem ser entendidas apenas como demandas de curto prazo e, sim, como oportunidades de potencializar processos formativos que ampliem o diálogo entre os comunitários de cada comunidade e que fortaleçam a relação entre as organizações comunitárias mediante uma governança coletiva e participativa, na qual o protagonismo dos comunitários e/ou pescadores artesanais deve ser um dos objetivos a ser alcançado. O segundo relatório temático, a ser entregue em outubro, incorporará relatos desse processo e seus resultados em diálogo com o andamento dos blocos temáticos.



Para atingir essas atividades e objetivos, foi prevista, ainda, a continuação da formação da equipe de campo para a construção da “entrada em campo virtual”, com propostas de reuniões virtuais de mesoterritórios, de blocos temáticos e com formações integradas sobre comunicação popular, sobre pesquisa participante, etc.

Por fim, será realizado um monitoramento contínuo da situação pandêmica no país junto a especialistas de saúde, a fim de que o Núcleo Gestor Político- Pedagógico do PEA tenha elementos técnicos e científicos para determinar o retorno a campo.

As propostas de alterações de produtos, a organização dessas atividades ao longo do ano e o monitoramento da situação da Covid-19 são detalhados no “Anexo XI – Monitoramento da Situação da Covid-19 para Retorno às Atividades em Campo”.

## **VI ATIVIDADES PREVISTAS PARA ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO**

As atividades previstas para atualização do diagnóstico participativo estão em construção. No “Anexo X - Plano de Acompanhamento, Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Fase II do PEA Costa Verde” estão indicadas as diretrizes que nortearão o processo de atualização do diagnóstico participativo e algumas metodologias que ajudarão a conduzi-lo.

## **VII METAS E INDICADORES**

As atividades referentes ao desenvolvimento de metas e indicadores do projeto estão em construção. No “Anexo X - Plano de Acompanhamento, Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Fase II do PEA Costa Verde” estão apontadas as diretrizes que conduzirão a construção das metas e indicadores.

## **VIII PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS**



No Resultado 16 do Plano de Trabalho são apontadas algumas atividades e produtos a serem executados no ano de 2021, em decorrência da pandemia. O detalhamento da construção coletiva das próximas ações a serem implementadas pelo projeto consta no Cronograma de Atividades em Campo – 2021, que compõe o “Anexo XI – Monitoramento da Situação da Covid-19 para Retorno às Atividades em Campo”.

## IX PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

O perfil dos profissionais envolvidos está descrito no “Anexo XII - Governança e Gestão da Fase II do PEA Costa Verde”.

## X CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma de atividades da Fase II do PEA Costa Verde está apresentado no “Anexo XIII - Cronograma de Atividades PEA Fase II”; o detalhamento dos produtos e prazos estão no Anexo XIV - Serviços\_produtos\_prazos; as estruturas necessárias para cada atividade estão no Anexo XV - Relação de Atividades e Estruturas Necessárias e o cronograma físico-financeiro consta no “Anexo XVI - Cronograma Físico-Financeiro”.

Ademais, a fim de contribuir para uma melhor visualização do plano como um todo, o Anexo XVII apresenta o fluxo das principais atividades e marcos da FASE II do PEA Costa Verde.

## XI RESPONSÁVEL TÉCNICO

|   |  |
|---|--|
| Profissional  | Leonardo Esteves Freitas   |
| Empresa   | Fiotec   |
| Registro no Conselho de Classe  | 29991-02   |
| Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental | 4151740  |
| Responsável pela (s) Seção(os)  | Leonardo Esteves de Freitas  |
| Assinatura  |  |

## XII BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, A. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

BRASIL. MEC. CNE/CEB. Proposta de Regulamentação da Pedagogia da Alternância. Texto Referência. Brasília. 2020.

\_\_\_\_\_, MEC/SETEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Cursos de Educação Profissional e Tecnológica. In: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept>. Acesso em: 19/03/2021

\_\_\_\_\_, MTE. Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. In: <http://www.mtebo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf> Acesso em: 05/03/2021.

DAGNINO, R. Tecnologia social: base conceitual. Disponível em: <<http://periódicos.unb.br/index.php/cts/article/view/3840>>. Acesso em: 10 out. 2016.

FEOLA, G. & BAZZANI, R. (eds.). Desafios y estrategias para la implementación de un enfoque ecosistémico para la salud humana en los países en desarrollo: reflexiones a propósito de las consultas regionales. Montevideo: CIID, 2002. Disponível em: >[www.idrc.ca/lacro/docs/conferencias/ecosalud.html](http://www.idrc.ca/lacro/docs/conferencias/ecosalud.html)

FREIRE, Paulo. & NOGUEIRA, A. Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular. Petrópolis: Vozes, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Pedagógica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. A Educação na Cidade. São Paulo, Cortez Editora, 2001

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Esperança: um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo, Editora UNESP, 2001a.

GALLO, E. Gestão Pública e Inovação: tecnologias de gestão e a reinvenção do cotidiano organizacional, Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

GALLO, E. et al. Saúde e economia verde: desafios para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6): 1.457-1.468, 2012.

GALLO, E. et al. Territorial solutions, governance and climate change: ecological sanitation at Praia do Sono, Paraty, Rio de Janeiro, Brazil. In: *Climate Change and Health*. Springer International Publishing, 2016. p. 515-532.

GALLO, E. & SETTI, A. F. F. Abordagens ecossistêmica e comunicativa na implantação de agendas territorializadas de desenvolvimento sustentável e promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6): 1.433-1.446, 2012.

GALLO, E & NASCIMENTO, V. O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019.

GANDIM, Danilo. Planejamento Como Prática Educativa. Edições Loyola. São Paulo. 1983.

GUIMARÃES, Mauro. A Formação de Educadores Ambientais. Campinas. Papyrus. 2004.

IBAMA. Nota Técnica n. 01/2010.

\_\_\_\_\_. Informação Técnica n. 43/2020.

LEBEL, J. Health: an ecosystem approach. Ottawa: International Development Research Centre, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação Ambiental Crítica. Questões de Vida. Cortez Editora. São Paulo. 2019.

\_\_\_\_\_, Educação Ambiental e Epistemologia Crítica. In: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. V. 32, n. 2, jul.-dez. 2015.

\_\_\_\_\_, Problematizando Conceitos: Contribuição à Práxis em Educação Ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico; LEYRARGUES, Philippe Pomier & CASTRO, Ronaldo Souza de. Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental. Cortez Editora. São Paulo. 2006.

PETROBRAS. Plano de Trabalho da Fase II do PEA Costa Verde. Dez/2019.

MINAYO, M. C. S. Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. In: MINAYO, M. C. S. & MIRANDA, A. C. (orgs.). Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 173-189.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos Estudos Cebrap, 79: 71-94, 2007.

VILA-VIÑAS, D.; BARANDIARAN, X. E. Buen Conocer / FLOK Society: Modelos sostenibles y políticas públicas para una economía social del conocimiento común y abierto en Ecuador. Ed 1. Quito, Ecuador: Asociación aLabs, 2015

WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Negueia”: o campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico/87. Brasília: Editora Universidade de Brasília – UNB/Tempo Brasileiro, 1990.

## ANEXOS

ANEXO I – SÍNTESE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS ENCONTROS DE REVISÃO DO PLANO DE TRABALHO

Revisã  
o 00

Responsável Técnico

ANEXO II - MAPAS DE LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E DISTRIBUIÇÃO DAS EQUIPES DE CAMPO

ANEXO III - RECOMENDAÇÕES DE INCLUSÃO DE NOVAS COMUNIDADES

ANEXO IV - BASES DE APOIO

ANEXO V - SUJEITO PRIORITÁRIO DO PEA COSTA VERDE FASE II

ANEXO VI - PROPOSIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

ANEXO VII - PLANO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS/PARTILHAS

ANEXO VIII - PREVISÃO DE ATIVIDADES QUE DEVERÃO SER INSTRUMENTOS DE CONTRATAÇÃO ESPECÍFICA

ANEXO IX - PLANO DE COMUNICAÇÃO DA FASE II DO PEA COSTA VERDE

ANEXO X - PLANO DE ACOMPANHAMENTO, PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA FASE II DO PEA COSTA VERDE

ANEXO XI - MONITORAMENTO DA SITUAÇÃO Covid -19

ANEXO XII - GOVERNANÇA E GESTÃO DA FASE II DO PEA COSTA VERDE

ANEXO XIII - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA FASE II DO PEA COSTA VERDE

ANEXO XIV - SERVIÇOS-PRODUTOS-PRAZOS

ANEXO XV - RELAÇÃO DE ATIVIDADES E ESTRUTURAS NECESSÁRIAS

ANEXO XVI - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA FASE II DO PEA COSTA VERDE

ANEXO XVII - DIAGRAMA DE FLUXO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E MARCOS DA FASE II DO PEA COSTA VERDE.



Responsável Técnico

Revisão  
00